

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.574 - PA (2019/0297771-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : RAIMUNDO LUIZ SILVA ARAUJO
ADVOGADOS : EGÍDIO MACHADO SALES FILHO - PA001416
ALINE HOLANDA CARDIM - PA022393
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por RAIMUNDO LUIZ SILVA ARAUJO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, assim ementado:

"APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRELIMINAR DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. PARCIAL PROCEDÊNCIA. SEGUNDA PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA MÉRITO. AUSÊNCIA DE TIPICIDADE NA CONDUTA. NÃO CABIMENTO. PRESTAÇÃO DE CONTAS INTEMPESTIVA E JULGADAS IRREGULARES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Acolho parcialmente a preliminar de julgamento extra petita arguida, para anular, apenas e tão somente, as sanções aplicadas na sentença com base na Lei de Improbidade Administrativa, eis que não pleiteadas na petição inicial pelo *Parquet*, devendo ser mantida a condenação do Apelante no que se refere ao ressarcimento do erário público, que é imprescritível, na forma do art. 37, § 5º da CF/1988 e regulamentado pela Lei n. 8.429/1992. Preliminar parcialmente acolhida.
2. Não há que se falar em violação ao devido processo legal, tampouco, cerceamento de defesa, uma vez que o Apelante, embora formalmente citado e acompanhado de advogado habilitado nos autos, nas diversas oportunidades que teve de exercer seu direito de defesa, não o fez. Segunda preliminar rejeitada.
3. Para caracterização do ato de improbidade administrativa basta a lesão aos princípios constitucionais da Administração Pública.
4. Na hipótese em julgamento, a tipicidade da conduta do apelante é evidente quando se observa que, a prestação de contas relativas a 2001, além de intempestivas, foram julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Município, como se constata no Acórdão 17.205-TCM.
5. Apelação Conhecida e Parcialmente provida para anular a sentença apenas no que se refere as sanções aplicadas, mantendo a

condenação do apelante no que se refere ao ressarcimento ao erário dada a sua imprescritibilidade. Decisão unânime" (fls. 490/491e).

Nas razões do Apelo Especial, o recorrente alega, preliminarmente, que "o acórdão recorrido violou os artigos 369, 370 e 373 do CPC1, na medida em que o Réu requereu a produção de provas e demonstrou a necessidade das mesmas" (fl. 514e) e que "há nulidade flagrante na sentença, tanto por cerceamento do direito de defesa e do contraditório, como pelo fato de não ter sido observado o rito processual adequado, ou seja, o devido processo legal" (fl. 516e).

Aduz, além da divergência jurisprudencial, a contrariedade aos arts. 10 e 11 da Lei 8.429/92, eis que "já se viu que os balancetes a que se refere o acórdão, por força do cerceamento na produção de provas não estão nos autos, pelo que qualquer raciocínio a respeito de dolo, na divergência de receita que leve a suposição de realização de despesa se comprovação, é mera falácia" (fl. 518e).

Requer, ao final, o provimento do Recurso Especial, "para reformar o v. Acórdão ora hostilizado e dar provimento ao recurso de apelação, a fim de anular a sentença de 1º Grau, por cerceamento do direito de defesa, do contraditório e violação do devido processo legal, ou julgar improcedente a ação por absoluta atipicidade da conduta do Recorrente" (fls. 525/526e).

Contrarrazões às fls. 533/551e

O recurso foi admitido na origem (fls. 554/555e).

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 568/583e, opina pelo improvimento do recurso.

A insurgência não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público Estadual, ao fundamento de que teriam ocorrido irregularidades na prestação de contas perante o Tribunal de Contas Estadual.

Julgada procedente a demanda, recorreu o réu, tendo sido reformada, em parte, a sentença pelo Tribunal local, apenas para afastar as sanções impostas com base na Lei de Improbidade Administrativa, mantendo o ressarcimento ao erário, dada a sua imprescritibilidade.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Quanto ao alegado cerceamento de defesa, o Tribunal de origem manifestou-se nos seguintes termos:

"Com relação ao sustentado cerceamento de defesa, tendo em vista a dispensa da produção de provas e violação do processo legal, não assiste razão ao Apelante.

Da análise dos autos, constato que operou-se a preclusão do direito do Apelante, ante a ausência de postulação no momento processual oportuno.

Vejamos.

Na primeira oportunidade em que se manifestou nos autos, por ocasião da defesa preliminar, embora acompanhado de advogado habilitado nos autos, o Apelante não fez o pedido de produção de provas.

Posteriormente, embora também com advogado habilitado nos autos e devidamente citado em data de 15/10/2014 (fls. 373) o Apelante igualmente não apresentou contestação e, por conseguinte, foi decretada a sua revelia, fato incontroverso na análise dos autos.

Depois, constato que, somente em 13/03/2015, o Apelante peticionou ratificando a defesa preliminar, oportunidade em que requereu a produção de provas.

Ora, ainda que na hipótese em julgamento, em razão da revelia, não seja aplicável a presunção de veracidade dos fatos, por se tratar de ação de direitos indisponíveis, encontra-se plenamente justificado, o julgamento antecipado da lide, a teor do estabelecido no art. 330, Inciso I do CPC/1973.

Assim sendo, não há que se falar em violação ao devido processo legal, tampouco, cerceamento de defesa, uma vez que o Apelante teve várias oportunidades de exercer seu direito de defesa e, mesmo assim, não o fez. Nesse sentido, trago à colação os seguintes arestos de julgados:

(...)

Demais disso, ao contrário do arguido pelo Apelante, constato que a decisão guerreada valorou as provas dos autos, em especial o documentos de fls. 276/283, 287/289 e o Acórdão 17.205 do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM/PA, que negou aprovação às contas da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental – FUNBOSQUE, exercício financeiro de 2001, de responsabilidade do ora apelante.

Em razão de todo o exposto, rejeito a segunda preliminar arguida" (fls. 497/499e).

Entretanto, tal fundamento de que teria ocorrido a preclusão não foi impugnado pelo recorrente, especificamente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Superior Tribunal de Justiça

Além disso, aplica-se o entendimento desta Corte Superior, no sentido de que a aferição acerca da necessidade de produção de prova, bem como quanto à ocorrência de preclusão, impõe o reexame do conjunto fático-probatório encartado nos autos, o que é defeso ao STJ, ante o óbice erigido pela Súmula 7/STJ.

Por outro lado, "o Superior Tribunal de Justiça entende que não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente" (STJ, AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 850.552/PR, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 19/5/2017).

Quanto à tese de necessidade de comprovação do dolo específico, para fins de condenação por ato de improbidade administrativa, verifica-se que a referida tese não foi objeto das razões de Apelação, somente tendo sido suscitada pela parte recorrente nas razões do presente Recurso Especial, em indevida inovação recursal.

Ainda que assim não fosse, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que "o elemento subjetivo, necessário à configuração de improbidade administrativa censurada nos termos do art. 11 da Lei 8.429/1992, é o dolo genérico de realizar conduta que atente contra os princípios da Administração Pública, não se exigindo a presença de dolo específico" (REsp 951.389/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 04/05/2011).

Assim, alterar as conclusões do Tribunal de origem, no sentido de que estaria demonstrada a prática de ato de improbidade administrativa, com a violação aos princípios da Administração Pública, acatando as alegações recursais, no sentido de que não estaria comprovado o elemento subjetivo doloso, ensejaria, inevitavelmente, o reexame fático-probatório dos autos, procedimento vedado, pela Súmula 7 desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora